

04/12/1980

TRAGÉDIA
EM CAMARATE

A 4 de dezembro de 1980, o primeiro-ministro Sá Carneiro e o ministro da Defesa Amaro da Costa, as suas mulheres e mais três pessoas morreram quando a avioneta em que seguiam se despenhou sobre Camarate, às portas de Lisboa. Ao fim de três décadas de discussões, parece estar fora de dúvida que foram vítimas de um atentado. Resta saber quem era o alvo – se Sá

Carneiro, se Amaro da Costa, que investigava um misterioso “saco azul” de despesas militares. Sá Carneiro chefiava uma coligação de direita que afastara a esquerda do poder pela primeira vez desde o 25 de Abril de 1974. Amaro da Costa recebera ameaças de morte desde que começara a fazer perguntas sobre o Fundo de Defesa Militar do Ultramar, criado no final

do Estado Novo para gerir dinheiros destinados ao financiamento da guerra colonial – e que, descobriu o ministro da Defesa, continuava a movimentar milhões de contos (muitos milhões de euros, na moeda atual), seis anos depois de terem acabado tanto a guerra como as colónias. O DN reportou tudo através de uma 2ª edição publicada a 5 de dezembro.



Carlos Navarro (à esquerda), da Cicloficina dos Anjos, Prémio Voluntariado. Professores e alunos do Freixo (à direita), duas vezes distinguidos, e uma das carrinhas da Frota Solidária (em baixo).



querem perder. Luís Fernandes diz que sempre foram dinâmicos, agora esse dinamismo tem outra visibilidade com os prémios e, claro, há dinheiro para as iniciativas. Beneficiam do facto de ter um corpo docente estável, mas queixam-se dos mesmos problemas de outras escolas, como a falta de professores e de recursos, instalações a precisarem de obras.

“Os alunos sentiriam a falta se estas atividades não existissem”, assegura Luís Fernandes, que acrescenta: “Vivemos numa zona que tem pouca oferta cultural e temos de lutar para oferecer aos nossos alunos aquilo que merecem. Procuramos oferecer o que a escola deve oferecer, e não são só as aulas, os rankings. É muito mais do que isso.”

Os ex-ministros David Justino e Isabel Alçada fazem parte do júri do prémio escolar, a que se juntam José Silva Lopes, Guilherme Valente e Henrique Monteiro. Tem o patrocínio do Presidente da República e financia projetos “educativos inovadores e de qualidade”, promovidos por estabelecimentos do ensino público, do 3.º ciclo do ensino básico, visando a “melhoria das condições de aprendizagem, a disseminação das boas práticas e o envolvimento da comunidade educativa”.

Inicialmente, eram convidadas a participar as 50 escolas públicas com melhores resultados nos exames do 9.º ano. Esse critério de seleção deixou de existir, valorizando-se o relatório da Cesnova (Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova) como um critério de avaliação e decisão. E estabeleceram um protocolo de cooperação com a Escola Superior de Educação João de Deus para as visitas/reuniões às escolas e à designação das escolas candidatas ao prémio.

O pelicano altruísta

A Fundação Montepio vai fazer 20 anos em 2015 e “desempenha um papel fundamental no estabelecimento de parcerias e concessão de apoios ao terceiro setor (iniciativas privadas de utilidade pública)”, referem os seus dirigentes. É uma forma de efetivar o carácter mutualista do grupo, já que emergiu da associação mutualista criada em 1840, daí a escolha do pelicano, por ser uma ave ligada “ao pensamento al-



truísta e à fraternidade”. Quatro anos depois, surge a Caixa Económica Montepio Geral (CEMG), instituição bancária que apoia todas as entidades do Grupo Montepio. As atividades entretanto criadas vão dos seguros à gestão de centros residenciais, passando pelos fundos de pensões.

O grupo assume-se com uma “dupla identidade de mutualidade e instituição financeira”. Está em 6.º lugar no setor bancário, em 36 instituições, com 1,4 milhões de clientes e 436 balcões, incluindo representações no Canadá, EUA, Reino Unido, Alemanha, Suíça, França, Angola, Moçambique e Cabo Verde. “Valores que crescem consigo” é um dos slogans da marca, preferindo os responsáveis destacar-se como “um grupo dinâmico de empresas e uma instituição positiva que se orgulha da dimensão, tradição de inovação, singularidade, solidariedade, proximidade, solidez e portugalidade”. A Associação Mutualista fechou o ano 2013 com ativos de quatro mil milhões de euros e a CEMG com 23 mil milhões. O orçamento da Fundação é de 1,5 milhões de euros.

Oficina de bicicletas comunitária

É uma oficina, arranja bicicletas e até é possível construir uma nova a partir de um esquadro homologado. Mas para arranjar este veículo é preciso estar disposto

a sujar as mãos. Estão lá as ferramentas e os mecânicos para ajudar. Mas esta não é uma oficina qualquer, é um espaço comunitário e onde não se leva dinheiro pelo trabalho. É a Cicloficina dos Anjos, que ganhou este ano o Prémio Voluntariado Jovem, instituído pela Fundação Montepio e a seguradora Lusitânia, do mesmo grupo, no valor de 25 mil euros.

“As cicloficinas começaram na rua há uns seis anos”, conta Carlos Navarro, 48 anos, há 42 a pedalar nas “duas rodas”, membro da Cicloficina dos Anjos e um dos responsáveis pela transposição do conceito italiano para Portugal. Explica: “Ao contrário do que aconteceu noutros sítios como Roma, por exemplo, em Lisboa as cicloficinas não apareceram nas universidades mas na rua. O primeiro espaço físico foi conquistado pelo coletivo dos Anjos, no Regueirão aos Anjos, número 69, onde estão às quartas-feiras entre as 19.00 e as 23.00. “Atenção, não é um espaço de ciclovoltários onde arranjam as bicicletas. Esta é uma oficina utilitária gratuita onde ajudamos os utilizadores a fazer a reparação”, diz Carlos. Partilham o espaço da Recreativa dos Anjos, Associação (RDA 69).

O dinheiro doado pelo Montepio vai servir para comprar equipamento, como suportes, ferramentas e outros materiais, ▶

**MONTEPIO
1840**

▶ ANO DA FUNDAÇÃO

Nº de funcionários: 3984**Perfil:** 52% têm curso superior, 55% são homens e 35% têm menos de 39 anos**Nº de associados:** 630 mil**Empresas:** Caixa Económica (1844), Lusitânia (1986), Lusitânia Vida (1987), Futuro, Fundos Pensões (1988), Gestão de Ativos, Imobiliário (1991), Fundação (1995), Residências (2005), Finibanco (2010), Investimentos, Assessoria Financeira e Bolsa (2013).

A 4 de outubro de 1840, a Associação dos Advogados recebeu 18 sócios para eleger os corpos sociais da Associação de Socorros Mútuos e que originou o Montepio dos Empregados Públicos. Destinava-se a ajudar os funcionários na doença, num acidente, na velhice e no funeral, colmatando a falta de Segurança Social. Era a concretização do sonho de Francisco Álvares Botelho, o fundador. O facto de ser só para a função pública limitava a ação e, por isso, decidiram abrir as portas à população. Em 1844 o nome foi alterado para Montepio Geral, ano em que é criada a Caixa Económica Montepio Geral para gerir o fundo e captar a poupança das famílias. Visava “socorrer os sócios e os seus parentes”, bem com estranhos “credores de gratidão”, além de “fazer empréstimos sobre penhores, a juro razoável e descontos de ordenados dos sócios”. As associações mutualistas desapareceram com o desenvolvimento do Estado social, sendo o Montepio uma das três que ainda restam, transformando-se num grupo económico com vários ramos, em que o bancário o principal.

12/08/1984

MEDALHA
DE OURO PARA
CARLOS LOPES

A 12 de agosto de 1984, Carlos Lopes, com 37 anos, era já um atleta veterano. Tinha no palmarés o título de campeão mundial de cortamato e a medalha de prata nos Jogos Olímpicos de Montreal, em 1976, além de muitas mais vitórias. Só faltava a mais apetecida: o ouro olímpico. Foi para isso que se preparou nos meses que antecederam a partida para Los Angeles.

Por pouco falhava os Jogos, que sabia serem os últimos da sua carreira. Apenas dez dias antes, durante um treino junto ao estádio da Luz, foi atropelado. Recuperou a tempo de alinhar na maratona... e voou para a vitória. Aos 38 quilómetros arrancou. Um a um, foi deixando os adversários para trás. Entrou sozinho no estádio, de braços erguidos, a sorrir. Pouco de-

pois, o país acordava em festa: era a primeira medalha de ouro para Portugal nuns Jogos Olímpicos. O recorde de Lopes - 2:09:21 - manteve-se firme durante 24 anos: só foi batido em 2008, em Pequim. Ainda hoje ele continua a ser o atleta mais velho a vencer a maratona olímpica. O DN assinalou a inédita conquista com uma 2ª edição publicada a 13 de agosto.

► além de apoiar a criação de outras oficinas. Recebem bicicletas usadas, rodas e equipamentos soltos para muitos considerado “ferro-velho” mas que para eles tem grande utilidade.

Tiago Carvalho, Miguel Atanásio, João Branco, Rosa Félix, Fernando Carvalhos e Pedro Gil fundaram a Cicloficina dos Anjos, há quatro anos, que conta com 20 voluntários que vão rodando. Venceram também o prémio da Comissão Europeia Uniciclo e com ele pretendem levar a sua filosofia às universidades. Estão em fase de implementação nas faculdades de Ciência de Lisboa e de Belas-Artes e do Instituto Superior Técnico.

Muitos dos “clientes” são alunos de Erasmus e de uma faixa etária entre os 16 e 35 anos, utilizadores urbanos de bicicleta, mas também “aparecem pessoas que, se calhar, deixaram de ter dinheiro para pagar o concerto e vêm aprender como se faz”. Carlos Navarro é joalheiro, mas assume-se como o artista dos sete instrumentos, incluindo música. É um dos fundadores da Cicloficina de Alfama, inaugurada este ano. Tem o mesmo princípio de gratuitidade e reutilizam todo o material. Em Portugal existem ainda as ciclofincinas do Oriente, Linda-a-Velha, Barreiro, Seixal, Coimbra e Porto.

Carrinha solidária do IRS

José Russo tem 85 anos e vive sozinho. Sempre que fica doente precisa de transporte. Desta vez, esteve internado 20 dias no Hospital de Santa Marta. Não pode voltar a estar só e vai para casa de uma irmã, em Almada. Uma carrinha nova com lugar para nove pessoas e cadeiras de rodas aguarda-o. Foi a Fundação Montepio que a entregou em 2013 à Liga dos Amigos do Hospital de Santa Marta. Os veículos são custeados com a consignação fiscal (contribuintes podem atribuir 0,5% do IRS liquidado a uma instituição social) ao Montepio. As carrinhas são transformadas e adaptadas para serem entregues a instituições de solidariedade social, projeto a que chamam Frota Solidária, criado em 2008.

Em 2013 foi a vez da Liga dos Amigos do Hospital de Santa Marta, um pedido que levou três anos a ser satisfeito. “A carrinha que tínhamos estava muito degradada. Esta anda praticamente todo o dia, para levar e trazer doentes, mas também para levar medicamentos. Os doentes que transportamos não podem andar em transportes públicos e têm dificuldades em se deslocar”, explica Fernando Tomás, da direção da Liga. A viatura circula entre as 09.00 e as 24.00, sete dias por semana. Desta vez calhou a José Russo ser transportado. “Tem a morada para onde quer ir? Depois de chegarmos a Almada, consegue indicarnos o sítio?” Pergunta-lhe Carlos Oliveira, o motorista. Tem 32 anos, trabalha há 12 no hospital e sublinha as melhorias da viatura: “A outra não dava para meter uma cadeira de rodas, nesta o doente não tem de sair da cadeira. E tem uma rampa de alumínio que facilita a entrada.”

A Fundação já entregou 103 carrinhas a igual número de instituições, o que representa a “devolução de três milhões de euros à sociedade civil”, explica Paula Guimarães, responsável pelo braço social do Montepio. Privilegiam as instituições “mais vulneráveis, sediadas em sítios com mais dificuldades de mobilidade e que desenvolvem uma atividade convergente com as prioridades da Fundação. É também fundamental que tenham ligação forte ao Montepio, já que os logótipos coexistem nas viaturas.”

ENTREVISTA: PAULA GUIMARÃES

Diretora do Gabinete de Responsabilidade Social do Montepio, em nome do qual preside ao Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial



Mutualismo. A fundação que dirige tem 1,5 milhões de euros por ano para apoiar projetos e instituições de cariz social. Acredita que, hoje, estão mais próximos da comunidade e mais atentos às novas realidades. Elege o Frota Solidária e os prémios Escolar, Voluntariado Jovem e Superior como os mais emblemáticos da sua ação

“A Frota Solidária tem maior visibilidade e mais aceitação nas organizações de economia social”

A Fundação Montepio vai fazer 20 anos em 2015. Mantém os objetivos iniciais?

A Fundação Montepio sofreu uma grande evolução, constituindo uma das investidoras sociais de referência no nosso país. A sua missão inicial, de promover o mutualismo e a coesão social, manteve-se, mas a forma como pretende efetivar esses desígnios acompanhou a evolução social e as tendências da responsabilidade social. Foi desenvolvido um trabalho sólido de relação com a comunidade e de identificação dos problemas sociais e é evidente que os objetivos se tornaram mais diversificados e integrados.

Quais são os objetivos?

Além da promoção do mutualismo, os fins estatutários da Fundação Montepio são: a promoção da responsabilidade social em Portugal e nos países de língua oficial portuguesa; o desenvolvimento da pessoa humana na sua dimensão de ser solidário com os seus semelhantes; estimular a inovação social, o empreendedorismo e a defesa do ambiente.

Qual é o investimento anual da Fundação? De onde veem as receitas?

A dotação orçamental ronda 1,5 milhões de euros anuais, um milhão provém do Montepio – Associação Mutualista e 200 mil euros da Caixa Económica Montepio Geral. O restante advém da consignação fiscal.

Há alguma área em que estão especialmente envolvidos?

Temos dedicado muito esforço técnico e financeiro à capacitação das organizações da economia social, através do Projeto Mais e do apoio à formação superior nas áreas do mutualismo e do terceiro setor e à inovação social nos domí-

nios do envelhecimento e da demência, mas estamos atentos a outras áreas como o desemprego e a empregabilidade, a pobreza e as crianças instituídas.

Qual é o projeto que melhor simboliza a responsabilidade social do Montepio?

O projeto que tem maior visibilidade e mais aceitação nas organizações da economia social é a Frota Solidária, porque visa solucionar uma grande carência das instituições e promover a mobilidade dos mais vulneráveis. Contudo, o que melhor configura a forma como a Fundação se quer posicionar no futuro é o projeto Cuidar Melhor, desenvolvido em parceria com a Associação Alzheimer Portugal, a Fundação Gulbenkian, a Universidade Católica e muitos outros parceiros.

Qual é o projeto mais antigo?

A Fundação começou por atuar através da concessão de financiamento a instituições. Essa é a primeira linha e que se mantém, à qual se juntaram projetos emblemáticos como a Frota Solidária, o Prémio Escolar, o Prémio Voluntariado Jovem e, mais recentemente, o Projeto Incentivo Superior para os universitários. Ainda hoje, a relação que estabele-

mos com as organizações (acompanhamos 120 projetos por ano) constitui uma das dimensões mais relevantes da atuação da Fundação.

Porque é que só apoiam instituições?

A Fundação é uma instituição de solidariedade social e deve partilhar os recursos com as congéneres. Entendemos que o setor privado se deve posicionar como investidor e não como beneficiário e o mesmo se aplica às estruturas públicas do Estado, que devem assegurar, em primeiro lugar, as necessidades sociais, como decorre da Constituição.

Já aconteceu haver uma doação que sentiram ser mal aproveitada?

Sim, já aconteceu percebermos que o investimento não gerou o retorno esperado e não conseguiu atingir os objetivos. É inevitável no universo significativo de financiamentos e apoios técnicos que disponibilizamos.

Acompanham a utilização do dinheiro e bens doados? De que forma?

A Fundação verifica a utilização de todos os valores e apoios atribuídos e nos projetos plurianuais e de maior dimensão exige relatório de execução, não com o objetivo de sancionar quem não cumpre, mas de promover a transparência e uma cultura de *reporting*. Procuramos minorar o impacto e, por vezes, isso significa não financiar a entidade até que ultrapassem as vulnerabilidades. Mas esta avaliação não é suficiente e por isso vamos alterar os procedimentos.

O que vai mudar?

Vamos lançar a segunda edição do projeto Impacto Social, financiar a certificação da qualidade e introduzir o nosso próprio sistema de avaliação.

“
Um grande número de instituições não tem experiência na elaboração de candidaturas, não sabe avaliar o impacto da intervenção